


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 20/08/2018 11:11:10, faço estes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, **Dra. ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**. Eu, \_\_\_\_\_, Escrivão Judicial I, subscrevo.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1014904-04.2017.8.26.0037  
Classe - Assunto: **Monitória - Cheque**  
Requerente: Julia Angelina Sanches Giro  
Requerido: Zenaide Lourdes Gorla da Silva

Juiz(a) de Direito: Dr(a). ANA CLAUDIA HABICE KOCK

Vistos.

Trata-se de ação de **Monitória - Cheque** ajuizada por **Julia Angelina Sanches Giro** em face de **Zenaide Lourdes Gorla da Silva**, alegando, em resumo, ser credora da ré pela importância representada pelo cheque prescrito no valor de R\$ 4.500,00. Pede procedência, para condenar a ré ao pagamento do valor, além de custas processuais e honorários advocatícios.

A ré foi citada e não apresentou contestação.

**É O RELATÓRIO.**

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

Não reputo existente nenhuma das situações descritas no artigo 345 do Código de Processo Civil, de sorte que a revelia produziu seus efeitos, especialmente, a confissão quanto à matéria fática.

Os fatos narrados na inicial vêm corroborados pela cópia de fls. 11/12, dando conta da existência da emissão do título de crédito pela ré em favor da autora, representativo do crédito ora perseguido, não pairando dúvidas quanto à sua idoneidade.

Logo, típico caso de julgamento antecipado do mérito, como previsto pelo artigo 355, II, do Código de Processo Civil.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** o pedido da presente demanda monitória, para condenar a ré ao pagamento de R\$4.500,00, mais atualização monetária e juros de mora de um por cento ao mês, ambos a partir do vencimento do título, nos termos do artigo 397 do Código Civil, constituindo-se de pleno direito o título executivo judicial, extinguindo-se o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Arcará a vencida com o pagamento das custas e honorários advocatícios fixados em dez por cento do valor atualizado do débito.

Publique-se e Intimem-se.

Araraquara, 24 de agosto de 2018.

**ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**

Juíza de Direito

DATA
------

Em **24 de agosto de 2018**, recebi estes autos em cartório. Eu,

, Escrevente,

escrevi.